

OPPORTUNITY ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

OPPORTUNITY ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações Contábeis

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Balancos Patrimoniais

Demonstrações dos Resultados

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Demonstrações dos Valores Adicionados

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

OPPORTUNITY ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 02.318.346/0001-68

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações contábeis, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Cumpre-nos informar que a Companhia neste exercício não adquiriu investimentos ou participações em coligadas ou controladas, assim como não realizou e/ou promoveu nenhuma mudança administrativa.

A evolução de suas operações e os principais fatos ocorridos neste exercício social poderão ser examinados através das próprias Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Divulgação de Informações Sobre Serviços de Não Auditoria Independente

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, que trata da prestação de outros serviços pelos nossos auditores independentes – Grant Thornton Auditores Independentes, informamos que não há outros serviços prestados pelos mesmos a Opportunity Energia e Participações S.A..

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2019.

Opportunity Energia e Participações S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes
Rua Voluntários da Pátria, 89 – 5º andar
Botafogo | Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512-4100
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Opportunity Energia e Participações S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Opportunity Energia e Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Opportunity Energia e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

As demonstrações contábeis mencionadas no primeiro parágrafo foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da Companhia. Conforme evidenciado nas demonstrações contábeis, a Companhia não vem exercendo atividades operacionais e vêm apurando prejuízos de forma recorrente. Essa situação indica a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. A continuidade das atividades operacionais da Companhia depende do sucesso de novos projetos, bem como do suporte financeiro por parte dos seus acionistas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório

Títulos e valores mobiliários

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 5, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía cotas de fundos de investimentos, classificados como títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, no montante de R\$334.758 mil. Esses títulos estão avaliados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Devido sua representatividade em relação ao total do Patrimônio líquido e os Ativos totais da Companhia, consideramos a contabilização dos ativos financeiros como o principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram: (a) com o apoio de nosso especialistas da área financeira, realizamos a avaliação da precificação da cota com base nas condições contratuais consideradas pela Administração na mensuração do valor justo dos ativos mantidos pelo fundo; (b) confirmação independente junto à instituição financeira administradora do fundo de investimento com relação a quantidade de cotas existentes em 31 de dezembro de 2018 e; (c) verificação da adequação das divulgações da Companhia sobre o assunto, incluídas nas notas 3 (b) e 5.

Com base na abordagem e nos procedimentos de auditoria executados, consideramos adequadas as premissas aplicadas no reconhecimento, mensuração e adequada divulgação do valor justo sobre as contas de fundos de investimento, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Partes relacionadas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 6, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía empréstimo com partes relacionadas no montante de R\$260.160 mil, classificado no passivo não circulante. Esse empréstimo é avaliado ao custo amortizado, atualizado por juros e variação cambial e incidência de imposto de renda. Devido sua representatividade no total do Patrimônio líquido e nos Passivos totais da Companhia, consideramos a contabilização do passivo financeiro como o principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram o recálculo dos encargos (juros + Libor) e a respectiva provisão de impostos a recolher, bem como a confirmação da existência desse empréstimo por meio de confirmação independente. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre o assunto, incluídas nas notas 3 (b) e 6.

Com base na abordagem e procedimentos de auditoria executados, consideramos adequadas as premissas aplicadas no reconhecimento, mensuração e respectiva divulgação, no contexto da elaboração das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos,

bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive das eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2019.

Marcio Romulo Pereira
CT CRC RJ- 076774-O - 7

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC SP-025.583/O-1 “S” – RJ

DECLARAÇÃO

Declaramos, na qualidade de diretores da Opportunity Energia e Participações S.A. (“Companhia”), sociedade por ação, com sede na Av. Presidente Wilson nº 231, 28º andar (parte), Centro, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.318.346/0001-68, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações contábeis da Companhia para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2019.

Maria Amália Delfim de Melo Coutrim
Diretora de Relações com Investidores

Eduardo de Britto Pereira Azevedo
Diretor Econômico Financeiro

DECLARAÇÃO

Declaramos, na qualidade de diretores da Opportunity Energia e Participações S.A. (“Companhia”), sociedade por ação, com sede na Av. Presidente Wilson nº 231, 28º andar (parte), Centro, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.318.346/0001-68, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia (Grant Thornton Auditores Independentes) referentes as demonstrações contábeis da Companhia para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2019.

Maria Amália Delfim de Melo Coutrim
Diretora de Relações com Investidores

Eduardo de Britto Pereira Azevedo
Diretor Econômico Financeiro

OPPORTUNITY ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Balancos Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	291	430	Obrigações fiscais		-	9
Tributos a recuperar		45	40				
		<u>336</u>	<u>470</u>				
Não Circulante				Não Circulante			
Títulos e valores mobiliários	5	334.758	336.698	Tributos diferidos	5 e 8	44.158	44.851
Depósito judicial		10	8	Partes relacionadas	6	260.160	216.170
		<u>334.768</u>	<u>336.706</u>	Outras contas a pagar		10	-
						<u>304.328</u>	<u>261.021</u>
				Patrimônio Líquido			
				Capital social	9a	3.461	3.461
				Ajuste de avaliação patrimonial		86.951	88.198
				Prejuízos acumulados		(59.636)	(15.513)
						<u>30.776</u>	<u>76.146</u>
Total do Ativo		<u>335.104</u>	<u>337.176</u>	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		<u>335.104</u>	<u>337.176</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis da administração.

OPPORTUNITY ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações dos Resultados

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	Nota	2018	2017
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	10	(120)	(102)
Despesas tributárias		<u>(36)</u>	<u>(21)</u>
Resultado antes do resultado financeiro		(156)	(123)
Resultado financeiro líquido	11	(43.967)	(589)
Prejuízo do exercício		<u><u>(44.123)</u></u>	<u><u>(712)</u></u>
Prejuízo básico por ação do capital social		<u><u>(0,03657)</u></u>	<u><u>(0,00059)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis da administração.

OPPORTUNITY ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Prejuízo do exercício	(44.123)	(712)
Outros resultados abrangentes	(1.247)	88.198
Resultado abrangente do exercício	<u>(45.370)</u>	<u>87.486</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis da administração.

OPPORTUNITY ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Ajuste de Avaliação Patrimonial</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (Reapresentado)	<u>3.461</u>	<u>-</u>	<u>(14.801)</u>	<u>(11.340)</u>
Ajuste ao valor justo de títulos e valores mobiliários	-	88.198	-	88.198
Prejuízo do exercício	-	-	(712)	(712)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>3.461</u>	<u>88.198</u>	<u>(15.513)</u>	<u>76.146</u>
Ajuste ao valor justo de títulos e valores mobiliários	-	(1.247)	-	(1.247)
Prejuízo do exercício	-	-	(44.123)	(44.123)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>3.461</u>	<u>86.951</u>	<u>(59.636)</u>	<u>30.776</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis da administração.

OPPORTUNITY ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.**Demonstrações dos Fluxos de Caixa****Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017****(Em milhares de reais)**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(44.123)	(712)
Ajustes ao resultado do exercício:		
Variações cambiais líquidas sobre empréstimos	35.815	3.130
Provisão do imposto de renda sobre empréstimos	2.518	(6.165)
Juros sobre empréstimos	5.658	3.671
Variações monetárias líquidas	(3)	-
Prejuízo do exercício ajustado	<u>(136)</u>	<u>(76)</u>
Redução (aumento) de ativos:		
Tributos a recuperar	(2)	(10)
Depósito judicial	(2)	(3)
Redução de passivos:		
Obrigações fiscais	1	3
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	<u>(139)</u>	<u>(86)</u>
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>(139)</u>	<u>(86)</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	430	516
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	291	430
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>(139)</u>	<u>(86)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis da administração.

OPPORTUNITY ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações dos Valores Adicionados

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos correspondentes)		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	<u>(120)</u>	<u>(102)</u>
Valor adicionado bruto	<u>(120)</u>	<u>(102)</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	<u>43.520</u>	<u>29.708</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u><u>43.400</u></u>	<u><u>29.606</u></u>
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições	36	21
Juros e variações cambiais	87.487	30.297
Prejuízo incorporado	<u>(44.123)</u>	<u>(712)</u>
Valor adicionado distribuído	<u><u>43.400</u></u>	<u><u>29.606</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis da administração.

OPPORTUNITY ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas Explicativas da administração às Informações Contábeis Intermediárias

Em 31 de Dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 - Contexto Operacional

A Opportunity Energia e Participações S.A. (“Companhia”), sociedade de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objetivo a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista, participação em empreendimentos imobiliários, participação, como quotista, em fundos de investimento regularmente constituídos.

Em 2015, a Companhia adquiriu 205,3267 cotas do Opportunity Agro Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (“Agro FIP”). O Agro FIP foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração determinado de 10 (dez) anos contados a partir da primeira integralização de cotas do fundo em novembro de 2013, prorrogável por deliberação da assembleia geral de cotistas, tem por objetivo proporcionar aos seus condôminos a valorização de suas cotas, mediante a aplicação em ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias, abertas ou fechadas, vide detalhes na nota explicativa 5.

Em 2015, na mesma operação envolvendo a aquisição de cotas do Agro FIP, a Companhia contraiu empréstimos em moeda estrangeira (US dólares) com vencimento em 30/11/2022, no montante de US\$48 milhões com encargos financeiros de 1% a.a. + Libor, vide detalhes na nota explicativa 6.

Até o momento a Companhia não exerce atividades operacionais, apresenta prejuízos acumulados e vem apresentando prejuízo recorrentes. Caso seja necessário obterá aportes de capital de seus acionistas para honrar seus compromissos de curto prazo. A Companhia está avaliando oportunidades de futuras aquisições e não tem nenhuma operação com previsão de ser finalizada até a data de emissão deste relatório.

2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e Resoluções emitidas pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

As Demonstrações Contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

a) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional"). As transações com moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pela taxa de câmbio do fim do período dos ativos e passivos monetários em outras moedas são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa ou receita financeira.

c) Data de autorização das Demonstrações Contábeis

As presentes Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela diretoria em 28 de fevereiro de 2019.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia e de sua controlada. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis intermediárias foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às informações anuais da Companhia em 31 de dezembro de 2017.

2.2. Pronunciamentos emitidos

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis, da seguinte forma:

Em vigor para o período iniciado em 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 09 / CPC 48 - introduz novas exigências para a classificação, mensuração, desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros, bem como, nova metodologia de provisão para risco de crédito com perdas esperadas para instrumentos financeiros e nova orientação para contabilidade de Hedge.

A Companhia avaliou a classificação e a mensuração dos ativos financeiros e de acordo com seu modelo de gerenciamento de ativos financeiros efetuou uma escolha irrevogável no reconhecimento inicial de apresentar as mudanças subsequentes no valor justo dos instrumentos de patrimônio detidos pela Companhia em outros resultados abrangentes, conforme abaixo:

	Classificação original (CPC 38)	Nova classificação (CPC 48)	31.12.2017	01.01.2018
Ativos financeiros				
Ações	Disponível para venda	Designado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	203.649	203.649

- IFRS 15 / CPC 47 – Receita com contratos de clientes – estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.

O pronunciamento não representou impactos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia.

Em vigor para os períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

- CPC 06(R2)/IFRS 16 - Arredamentos (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2019) – A norma remove a distinção entre arrendamento operacional e financeiro e requer o reconhecimento de um ativo (o direito de utilizar o item arrendado) e um passivo financeiro relacionado com o pagamento de alugueis.
- ICPC 22/IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro - Essa interpretação explica como reconhecer e mensurar ativos e passivos sobre lucros correntes e diferidos, no caso em que há incerteza sobre o tratamento de um imposto onde as posições fiscais ainda não foram aceitas pelas autoridades tributárias.
- Aprimoramentos do ciclo 2015 a 2017 – IFRS 3 (CPC 15 – Combinação de negócios – R1), IFRS 11 (CPC 19 – Negócios em conjunto – R2), IAS 12 (CPC 32 – Tributos sobre o lucro) e IAS 23 (CPC 20 – custos dos empréstimos – R1)

A Companhia avaliou os reflexos destas normas, e no entanto, não espera impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

3 - Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

b) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, os quais estão mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia possui classificado em caixa e equivalentes de caixa saldo em aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 4.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O modelo de negócios reflete como a Opportunity Energia administra seus ativos financeiros e até que ponto os fluxos de caixa dos ativos financeiros são gerados pela captação dos fluxos de caixa contratuais, pela venda dos ativos financeiros ou por ambos, utilizando-se de cenários esperados de ocorrência.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes correspondem a ativos financeiros mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

As variações no valor contábil dos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são reconhecidas como resultados abrangentes (líquido de impostos).

Para os investimentos em instrumento de patrimônio e que não sejam mantidos para negociação cuja designação para essa categoria foi adotada pela Companhia, a mensuração subsequente foi realizada ao valor justo com os ganhos e perdas oriundas de mudanças no valor justo reconhecidos em outros resultados abrangentes, na conta de Ajuste de avaliação Patrimonial. Quando o investimento é alienado, ganho ou perda acumulado será transferido dentro do Patrimônio líquido.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

(iv) Hierarquia de valor justo

A Companhia aplica a hierarquia do valor justo introduzida pelo CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação para todos os itens mensurados ao valor justo. A hierarquia concede prioridade máxima aos inputs do Nível 1 e prioridade mínima aos inputs do Nível 3. As premissas de cada nível seguem abaixo:

Nível 1: são preços cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, que a entidade pode acessar na data de mensuração.

Nível 2: são aqueles que não são preços cotados incluídos no Nível 1 e que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente.

Nível 3: são inputs baseados em dados não-observáveis.

c) Tributos a recuperar

São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções tributos federais.

d) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são realizados para dar curso a discussões judiciais. São apresentados no ativo na expectativa de que ocorram desfecho favorável das questões para a Companhia.

e) Empréstimos e financiamentos – Partes Relacionadas

Os empréstimos (parte relacionadas) são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação dos mesmos.

f) Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social (“CSLL”). O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 mil no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência; portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos, quando aplicável. A Companhia não apurou lucro tributável nos exercícios.

g) Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações durante o mesmo período.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais, diluídas em suas respectivas ações.

h) Demonstrações do valor adicionado

A apresentação da demonstração do valor adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aplicáveis à companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

i) Demonstração dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

4 - Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Depósitos bancários	3	1
Aplicações financeiras (a)	<u>288</u>	<u>429</u>
Total	<u>291</u>	<u>430</u>

(a) As aplicações financeiras de curto prazo são constituídas de quotas de fundos de investimentos de renda fixa, mantidos em instituições de primeira linha, prontamente conversíveis em caixa. Em 31 de dezembro de 2018, a remuneração média foi de 97% do CDI e, em 2017 a remuneração média foi de 98% do CDI. A seguir está apresentada a composição da carteira de aplicações financeiras:

Fundo	Nível	Administradora	31/12/2018		31/12/2017	
			Quant. de cotas	Valor	Quant. de cotas	Valor
Opportunity Top DI	1	BNY Mellon	66.578,60393	286	102.579,4501	416
Itaú Top DI FICFI	1	Itaú S.A.	411,21147	2	3.146,5464	13
				<u>288</u>		<u>429</u>

5 - Títulos e Valores mobiliários – Cotas de fundos de investimentos

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a Companhia detém 205,3267 cotas do Opportunity Agro Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior -FIP, administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM Ltda., representando 16,02% do patrimônio líquido do referido Fundo, no montante de R\$ 203.649, adquiridos em 2015 e que foram subscritas da seguinte forma:

- 1,01 cota no montante de R\$1.003, subscrita em dinheiro;
- 204,3167 cotas no montante de R\$202.646, subscritas da seguinte forma: R\$1.500 em dinheiro e R\$201.146 em debêntures simples não conversíveis emitidas pela PW 237 Participações S.A.

Em 31 de dezembro de 2018, a as cotas do Agro FIP estão classificadas como valor justo por meio de outros resultados abrangentes, mantendo a intenção de não negociar as referidas cotas no curto e médio prazo, passando a reconhecer os ganhos e perdas da valoração das cotas no Patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial, líquido dos efeitos tributários, como segue:

	Saldo	Ajuste	Total	Tributos	Saldo
	31/12/2017	a valor justo(a)		Diferidos (b)	31/12/2018 (c=a-b)
Agro FIP	203.649	131.109	334.758	(45.577)	86.532

Em 31 de dezembro de 2018 o montante de títulos e valores mobiliários (cotas de fundos de investimento) foi atualizado ao valor justo, com base no valor da cota disponibilizado pela administradora do Fundo Agro FIP, com efeito conforme demonstrado abaixo:

Valor justo acumulado (líquido) 31.12.2017	88.198
Varição do ano	(1.940)
Tributo diferido	693
Valor justo acumulado (líquido) 31.12.2018	<u>86.951</u>

6 - Partes relacionadas

Representado pelos empréstimos em moeda estrangeira (dólar norte-americano) junto ao Prime Investment Services LLC., situado na Ilhas Virgens Britânica (BVI), com vencimento em 30 de novembro de 2022, conforme registros no Banco Central do Brasil através dos contratos de câmbio 128626716 no valor de US\$ 10.000.000, 128626275 no valor de US\$ 15.000.000 e 128625731 no valor de US\$ 23.000.000, realizados em 07 de abril de 2015, com encargos financeiros semestrais de 1% a.a. acima da Libor (6 meses), incidentes sobre o saldo devedor do principal.

Sobre estes empréstimos incide imposto de renda sobre o saldo dos encargos da dívida, os quais montam a R\$ 11.125 (R\$ 8.608 em dezembro de 2017), classificados como imposto de renda sobre empréstimos, no passivo não circulante.

Modalidade	Taxas	Encargos		Total
		Principal	(VC + Juros)	
Capital Estrangeiro L.P.	1% a.a. + Libor	109.397	139.638	249.035
IRRF sobre encargos				11.125
				260.160

7 - Remuneração do pessoal chave da Administração

A Companhia não efetuou qualquer remuneração a diretores, administradores ou a pessoas-chave da Administração ou qualquer outra operação com parte relacionada durante o período de 1º janeiro a 31 de dezembro de 2018.

8 - Tributos diferidos

Representado pelas provisões do imposto de renda e da contribuição social, calculadas com base nas alíquotas vigentes sobre o saldo registrado a título de ajuste a valor patrimonial no patrimônio líquido, sobre os títulos e valores mobiliários classificado como disponível para venda no ativo não circulante, conforme descrito na nota explicativa nº 5.

9 - Patrimônio líquido

a) Capital social

Representado por 1.206.703.827 ações ordinárias, sem valor nominal. A Companhia poderá aumentar o seu capital social, independentemente de decisão em assembleia, até o limite de R\$ 1.000.000 (um bilhão de reais), mediante deliberação do Conselho de Administração.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Representado pelos ganhos não realizados, líquidos de imposto de renda e contribuição social diferidos, entre o valor justo e o valor de custo das cotas do Agro FIP, registradas como títulos e valores mobiliários no ativo não circulante, conforme nota explicativa 5.

c) Lucro/prejuízo por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 (Resultado por ação), foram reconciliados o Lucro/prejuízo e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o prejuízo por ação básico e diluído:

	Prejuízo do exercício	Quantidade de ações	Resultado por ação
31.12.2018	(44.123)	1.206.703.827	- 0,00003657
31.12.2017	(712)	1.206.703.827	- 0,00000059

10 - Despesas administrativas

Está representada, substancialmente, pelo montante de R\$38 (R\$38 em 31/12/2017) referente a despesas com a Anuidade a B3 S.A. e R\$36 (R\$27 em 31/12/2017) de despesas com serviços técnicos especializados.

11 - Resultado financeiro líquido

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receitas financeiras		
Receita de variação cambial sobre empréstimo	42.174	21.834
Imposto de renda sobre empréstimos	1.323	7.827
Outras receitas financeiras	23	47
	<u>43.520</u>	<u>29.708</u>
Despesas financeiras		
Despesa de variação cambial sobre empréstimo	(77.988)	(24.964)
Imposto de renda sobre empréstimos	(3.841)	(1.662)
Juros sobre empréstimos	(5.658)	(3.671)
	<u>(87.487)</u>	<u>(30.297)</u>
Resultado financeiro Líquido	<u>(43.967)</u>	<u>(589)</u>

12 - Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Considerações gerais e políticas

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos financeiros como proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxas de juros, conforme política da Administração.

A Companhia analisou sua exposição a risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros e câmbio), risco de crédito e risco de liquidez, os quais são tempestivamente monitorados pela Administração.

Estes riscos significativos de mercado que afetam a Companhia podem ser assim resumidos:

Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos produzidos pela Empresa e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia.

Os resultados da Companhia não estão sujeitos a exposição, sensibilidade e variação dos preços de mercado por não está desenvolvendo nenhuma atividade operacional.

Risco de taxa de juros e taxa de câmbio

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré ou pós-fixadas.

A Companhia possui instrumentos financeiros em moeda estrangeira, estando, portanto, sujeita aos impactos oriundos das variações das taxas de câmbio.

Risco de crédito

As políticas de crédito da fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito).

No que tange as instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de primeira linha, consideradas de baixo risco.

Risco de liquidez

Representa o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A tabela a seguir apresenta os fluxos financeiros dos passivos da Companhia e os respectivos prazos de vencimento, conforme nota 6. A Companhia possui ativos líquidos suficientes para cobrir as saídas de caixa.

Obrigações	31/12/2018		31/12/2017	
	Fluxo contratual		Fluxo contratual	
	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Até 12 meses	Acima de 12 meses
Partes relacionadas	-	244.529	-	207.562
Total de obrigações		244.529		207.562

Análise de sensibilidade

Conforme requerido pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Sociedade deve apresentar uma análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerando relevante pela Administração originada por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada exercício.

A Sociedade possui exposição com relação às variações dos índices pós-fixados que afetam tanta a receita financeira quanto a despesa financeira. A mediana da expectativa de mercado, conforme dados retirados no Banco Central do Brasil (Relatório Focus), indicavam:

	Taxa efetiva estimada para 2019
CDI	6,50%
DÓLAR	R\$ 3,85

Adicionalmente, a Administração efetuou teste de sensibilidade para cenários adversos, deterioração das taxas em 25% ou 50% em relação ao cenário provável, para cada cenário e foram calculadas as receitas financeiras ou despesas financeiras não se levando em consideração a incidência de tributos. Dessa forma, teríamos o seguinte demonstrativo de análise de sensibilidade:

Operação	Fator de risco	Cenário provável	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Ativos				
Indexador	CDI	6,50%	4,88%	3,25%
Aplicações financeiras				
R\$ 308 em 31/12/2018	-	20	15	10
Passivos				
Indexador	Dólar	R\$ 3,85	R\$ 4,81	R\$ 5,78
Partes relacionadas				
R\$ 249.034 em 31/12/2018	-	(3.269)	58.172	119.613